



# de REDD a DEDD

Contribuição do WRM para a Convenção sobre Mudança Climática



World Rainforest Movement - Novembro 2008

## De REDD a DEDD

### Contribuição do WRM para a Convenção sobre Mudança Climática Novembro de 2008

Todo o mundo sabe que as florestas são boas para o clima. Isso faz com que seja da maior importância o fato de os governos e a comunidade internacional trabalharem para protegê-las.

Contudo, muitos dos atuais esforços para vincular a conservação das florestas à mitigação da mudança climática estão infelizmente mal focalizados e é importante que os membros da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática compreendam o porquê.

O problema começa com um mal-entendido quanto ao papel que o desmatamento tem na mudança climática. Afirma-se frequentemente que, devido ao fato de o desmatamento ser responsável por 20% das emissões de gases de efeito estufa, também é responsável por 20% da mudança climática. A conclusão é clara: se tudo continuar na mesma, 20% dos esforços para mitigar a mudança climática deveria ser focado a tentar deter o desmatamento.

Contudo, tal argumento não é válido. O desmatamento não só é menos responsável pela mudança climática do que a queima de combustíveis fósseis, como também está relacionado com a mudança climática de uma forma bem diferente. Mesmo que seja aceito que 20% do dióxido de carbono que é emitido atualmente provem, de fato do desmatamento, isso não implica que o desmatamento seja responsável por 20% da mudança climática. As moléculas de dióxido de carbono decorrentes do desmatamento podem ser quimicamente idênticas às provenientes da queima de combustíveis fósseis, mas as duas são *climatologicamente* diferentes. O carbono liberado pelo desmatamento não aumenta a quantidade total de carbono que é intercambiada entre a atmosfera, os oceanos, os solos, as florestas, etc. Pelo contrário, o carbono liberado dos combustíveis fósseis incrementa a quantidade total de carbono presente na biosfera, aumentando assim a dificuldade para manter o excesso de dióxido de carbono fora da atmosfera.

Da mesma forma que nem todas as emissões de CO<sub>2</sub> são iguais, também não são iguais as emissões de diferentes tipos de desmatamento e degradação de florestas. O desmatamento causado por indústrias que eliminam a floresta para plantarem suas monoculturas de eucaliptos ou dendezeiros ou soja quebram o balanço de carbono entre a vegetação e a atmosfera por longo tempo. Isso é devido à amplitude e profundidade da transformação que impõem sobre o ambiente, que impossibilita a regeneração da floresta. Destrói-se o ecossistema- água, solo, biodiversidade- e frequentemente também é destruído o conhecimento local sobre como conservar e restaurar a floresta. Cada “desmatamento” causado, por exemplo, pela conversão temporária de florestas secundárias em culturas rotatórias por parte de um grupo indígena tal como os Karen do sudeste asiático, é diferente e muito menos duradouro. Tais culturas rotatórias estão *desenhadas* para que a floresta possa voltar a desenvolver-se após alguns anos. Com suficiente terra e respeito pelos direitos territoriais desse povo, o “desmatamento” em um local é balanceado pela recomposição da floresta em outro. Este tipo de “desmatamento” é, em termos climatológicos, diferente do desmatamento em escala industrial.

É, portanto, fundamental que os membros da Convenção sobre Mudança Climática não confundam o carbono fóssil com o carbono biótico e que também não confundam o desmatamento industrial com o desmatamento em sistemas tradicionais de manejo.

Além disso, provavelmente, em nome da “mitigação da mudança climática”, intensifiquem sua agressão sobre os mais vulneráveis- povos indígenas, pequenos proprietários que dependem das florestas, etc. – enquanto são bem menos agressivos, comparativamente, com as indústrias que utilizam combustíveis fósseis, as empresas das plantações e outras indústrias desmatadoras.

O que foi exposto não significa de jeito nenhum que o desmatamento não esteja contribuindo à mudança climática, senão que precisa ser colocado em sua verdadeira perspectiva para que possam ser adotadas as políticas apropriadas. O desmatamento deve ser urgentemente detido por muitas razões sociais e ambientais incluindo- ainda que não exclusivamente- o papel das florestas como reservatórios de carbono.

Para atingir tal objetivo, é preciso primeiramente identificar com clareza as causas do desmatamento, para depois encontrar os mecanismos apropriados para abordar cada uma delas.

Infelizmente, em vez de implementar esses dois passos, os governos que negociam na Convenção sobre Mudança Climática têm seguido até agora um enfoque diferente, com a esperança de a canalização de dinheiro do Norte para o Sul chegar a impedir a liberação do carbono provocada pelo desmatamento. A pergunta é: Mas será feito?

### **O enfoque REDD**

Sob a Convenção sobre Mudança Climática, a idéia de abordar o assunto das emissões de carbono das florestas foi inicialmente designada como “desmatamento evitado”. É importante salientar que o termo usado foi “desmatamento evitado” e não “evitar o desmatamento”. Esse é o ponto de partida do problema. Enquanto o que é necessário é “evitar o desmatamento” em todos os países, o termo “desmatamento evitado” apenas significa que um país terá desmatado menos do que antes, inclusive se o continuar fazendo. E ainda por cima, promete aos países uma compensação financeira para as áreas onde o desmatamento teria sido “evitado”.

O conceito evoluiu posteriormente para o que agora é denominado REDD, termo que para alguns significa “Redução de Emissões do Desmatamento em Países em Desenvolvimento”, e para outros quer dizer “Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação de Florestas”. A diferença entre os dois significados é que o primeiro é restrito ao desmatamento enquanto o segundo também inclui a degradação de florestas. No tocante ao financiamento esperado, o segundo REDD permitiria assim a inclusão de mais países do que o primeiro.

As discussões sobre REDD estão imersas em um jogo diplomático entre o Norte e o Sul no qual:

- 1) O Norte culpa o Sul pelas emissões resultantes do desmatamento e em geral o Sul não questiona tal afirmação.

- 2) O Sul afirma que seu “direito ao desenvolvimento” implica a necessidade de “transformar” suas florestas para destinar terras a atividades produtivas e em geral o Norte não questiona tal afirmação.

É claro que existem exceções e matizes, mas esse é o cenário principal a partir do qual o jogo diplomático é transformado em um jogo financeiro, em que o dinheiro canalizado do Norte para o Sul resultará na redução da “necessidade” de desmatar, sem comprometer o “direito ao desenvolvimento” dos países do Sul.

Não obstante, é preciso questionar essas duas premissas.

- 1) Na realidade, os países do Norte partilham grande parte da responsabilidade pelo desmatamento no Sul. Em quase todos os casos de destruição de florestas em grande escala existe um claro vínculo com empresas, agências ou consumo no Norte. Seja com a atividade madeireira industrial, mineração, exploração petrolífera, barragens, criação industrial de camarões, agrocombustíveis, dendezeiro, seja com a celulose e o papel, os atores do Norte ou estão diretamente envolvidos ou se beneficiam dos produtos extraídos das áreas desmatadas ou degradadas.
- 2) Na realidade, o desmatamento em grande escala não conduz ao desenvolvimento no Sul, pelo menos não no sentido de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das futuras para atender suas próprias necessidades. A evidência disponível mostra que a destruição de florestas no Sul beneficia o Norte e elites do Sul, ao tempo que incrementa o despojo e a pobreza no Sul.

Além disso, é preciso lembrar que os países do Norte são os principais responsáveis pela mudança climática, tanto por seu nível de emissões presente e passado de gases de efeito estufa em seus territórios quanto por sua responsabilidade passada e presente pelas emissões no Sul.

Um dos problemas ligados ao assunto REDD é que ao ser focado sobre 20% das emissões (desmatamento), deixa de lado o mais importante 80%. O desmatamento é obviamente parte do problema, mas o assunto principal continua sendo o das emissões de combustíveis fósseis que vêm destruindo o clima do planeta. As emissões de combustíveis fósseis não apenas são maiores em volume mas também diferentes em seu tipo (vide “Os dois carbonos”- quadro a seguir), e têm um impacto bem maior sobre a mudança climática. Enquanto é certo que os países do Norte são os principais culpados pela mudança climática, isso não significa que possam livrar-se dessa responsabilidade, através de financiamento para “reduzir” o desmatamento ou, pior ainda, através de um mecanismo de mercado de carbono vinculado às florestas que permita “compensar” suas emissões de combustíveis fósseis em outro lugar.

Quanto ao último item, é importante assinalar que as atuais negociações sobre REDD incluem dois enfoques principais para a canalização de verbas a países que possam demonstrar que “evitaram” ou “reduziram” o desmatamento: um mecanismo de doações ou um mecanismo de mercado de carbono. Mesmo que os dois mecanismos apresentem alguns problemas, é preciso explicar por que o segundo é completamente inútil sob uma perspectiva climatológica.

## **QUADRO: Os dois carbonos**

O comércio de carbono vinculado às florestas está baseado na premissa de o carbono ser carbono e o carbono liberado a partir do desmatamento ser o mesmo que o carbono decorrente da queima de combustíveis fósseis. Isso simplesmente não é verdadeiro..

O carbono liberado pelo uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) não tem feito parte do funcionamento da biosfera durante milhões de anos. Quando os combustíveis fósseis são extraídos e queimados, esse carbono- que até esse momento tinha sido armazenado por baixo da terra- é liberado, e ocorre assim um incremento na quantidade total de carbono existente sobre a crosta terrestre. Ao ser liberado, esse carbono não pode ser devolvido ao local de armazenamento original e quanto mais é extraído, mais aumenta a quantidade total de carbono na biosfera.

A liberação de carbono decorrente do desmatamento é uma questão totalmente diferente. Esse carbono faz parte do funcionamento normal da biosfera e, portanto, mesmo que o desmatamento incremente a concentração de dióxido de carbono na atmosfera- contribuindo assim ao efeito estufa- não implica um incremento neto da quantidade total de carbono existente sobre a crosta terrestre.

Em conseqüência, um mecanismo REDD baseado em um mercado de carbono resultaria em um constante incremento na quantia de carbono na biosfera, já que permitiria que os países do Norte “compensassem” suas emissões de carbono provenientes da queima de combustíveis fósseis através do pagamento a países do Sul por “evitar” o desmatamento de uma área de floresta que contenha a mesma quantia de carbono que o liberado pelo uso de combustíveis fósseis. O resultado seria uma falsa “neutralidade em carbono” que seria usada como justificativo para evitar a necessidade imperiosa de reduzir as emissões de combustíveis fósseis.

As alarmantes e freqüentes notícias do derretimento do gelo no Ártico e em um número cada vez maior de geleiras no mundo todo fortalecem recentes afirmações quanto às emissões do Norte que devem ser reduzidas drasticamente (90%) a fim de evitar um aumento global da temperatura de 2° sobre os níveis pré- industriais. Se a temperatura aumentasse mais do que isso, a mudança climática dispararia de forma irreversível. O escritor ambientalista George Monbiot explica com clareza: “Inclusive se através de projetos de compensação de carbono instrumentados em países em desenvolvimento cada nação pobre do planeta passasse a ser livre de carbono, mesmo assim deveríamos cortar a maior parte do carbono que emitimos em casa. Comprar e vender compensações de carbono é como mexer os alimentos no prato para fazer de conta que foram comidos.”

No contexto atual de mudança climática, a conclusão é que devemos nos opor a um REDD baseado no mercado, porque levaria a um incremento das emissões de combustíveis fósseis e portanto, a um agravamento da mudança climática.

## O dinheiro pode salvar as florestas?

O segundo enfoque sobre REDD- um mecanismo de doações- implica que os países do Norte reconhecem sua responsabilidade pela mudança climática e estão dispostos a ajudar os países do Sul na conservação de suas florestas, e evitar assim a liberação do carbono nelas armazenado. Pelo menos sob uma perspectiva climática, este enfoque faria sentido se fosse acompanhado ao mesmo tempo por uma redução substancial de emissões de combustíveis fósseis no Norte.

Esse mecanismo gera, no entanto, a necessidade de responder a algumas perguntas, por exemplo: Aonde iria o dinheiro? Quem o receberia? Sob que condições?

A situação ideal seria aquela em que uma comunidade indígena o tradicional recebesse o dinheiro para conservar a floresta que já vem conservando.

O problema é que o dinheiro de REDD não está voltado para situações desse tipo, já que seu objetivo é reduzir as emissões do desmatamento. Isso implica um cenário em que, a menos que seja feita uma contribuição de dinheiro, a floresta será destruída.

Caso REDD chegue a ser instrumentado, certamente haverá alguns projetos “vitrine” que fornecerão verbas a comunidades das florestas, que seriam usados como publicidade para promover REDD e para dividir a ONGs, organizações de Povos Indígenas e grupos comunitários. Mas seriam exceções à regra. A maior parte do dinheiro REDD seria destinado- por definição- a “evitar” o desmatamento que ocorreria caso não recebesse fundos financeiros.

Este tipo de REDD implicaria:

- 1) Que não fosse canalizado dinheiro a países sem desmatamento
- 2) Que as comunidades que não estivessem destruindo ativamente a floresta não seriam elegíveis para receber financiamento de REDD

Isso tudo provocaria uma série de conseqüências perversas:

- 1) Os países com um bom histórico em termos de conservação de florestas não receberiam nada
- 2) REDD poderia incentivar os países a desmatar a fim de poder ser elegíveis para receberem fundos no futuro.
- 3) Os principais responsáveis do desmatamento (governos e empresas) seriam os principais beneficiários de REDD, já que são os únicos que poderiam- caso recebessem dinheiro suficiente- evitar o desmatamento do qual são responsáveis.
- 4) Para receber o dinheiro bastaria com que simplesmente fosse “reduzido” o desmatamento, e não que fosse detido, o que significaria, por exemplo, que se pagaria a um país por destruir “apenas” 1 milhão em vez de 2 milhões de hectares de floresta.
- 5) O dinheiro REDD poderia ajudar governos e grandes organizações conservacionistas a privar comunidades locais de seu direito a usar suas florestas.
- 6) O desmatamento “evitado”- e pagado- em um ano determinado poderia ocorrer nos seguintes anos.

Para piorar a questão, a definição de “floresta” adotada pela Convenção sobre Mudança Climática coloca as plantações como florestas, o que significa que as monoculturas de

árvores- eucaliptos, pinheiros, acácias, dendezeiros e outros- seriam contabilizadas como florestas e sua expansão sobre as florestas de verdade poderia ser até subsidiada através do dinheiro de REDD. Em todos os casos, a maciça conversão de florestas em plantações de árvores não seria considerada como desmatamento porque- de acordo com a definição- a área ainda estaria coberta por (um tipo diferente de) “floresta”.

### **A necessidade de um enfoque mais amplo**

Todos concordam- pelo menos na teoria- que é preciso deter o desmatamento em grande escala, não apenas para evitar as emissões de carbono como também para garantir a regulação do clima e do ciclo hidrológico, para conservar a biodiversidade e os solos e para garantir os direitos e meios de vida dos povos dependentes das florestas. A questão então diz respeito mais ao “como” do que ao “porquê”.

Como já foi explicado, o enfoque REDD- tanto como mecanismo de doações quanto de mercado- apresenta uma série de problemas. Ao mesmo tempo, está implicitamente baseado na premissa de que os mercados- e não os governos- são os que decidem sobre o futuro das florestas. Sem negar a importância dos mercados, o contrário está mais perto da verdade. São os governos- tanto do Sul quanto do Norte- que- através de políticas, leis e regulamentações- estabelecem as condições que determinam que as florestas sejam destruídas ou conservadas.

O principal enfoque para a conservação das florestas deve basear-se então em políticas e compromissos governamentais para deter- e não simplesmente “reduzir”- o desmatamento. Tais políticas e compromissos deveriam ser adotados por TODOS os governos, tanto do Norte quanto do Sul. Devido à incapacidade demonstrada até agora pelos governos e organismos internacionais das Nações Unidas para colocar em prática tal programa, resulta essencial que as organizações populares- no Norte e no Sul- se envolvam na questão a fim de garantir que os compromissos para deter o desmatamento sejam instrumentados de uma forma socialmente justa por todos os governos. Deverá ser garantido que:

- 1) Os governos do Norte
  - Identifiquem seu próprio papel na destruição das florestas no Sul (as causas diretas e subjacentes do desmatamento) e que adotem medidas para abordá-las e resolvê-las.
  - Impeçam que as empresas sediadas em seus países (nos setores produtivos, comerciais e financeiros) desenvolvam atividades que resultem na destruição de florestas no Sul.
  - Impeçam que as instituições bilaterais e multilaterais (p.ex. agências bilaterais, Banco Mundial, FMI, bancos regionais) promovam a destruição de florestas.
  - Proibam a importação de todo tipo de produtos- desde madeira a agrocombustíveis, de alumínio a petróleo, de camarões a celulose- produzidos à custa das florestas.
  - Proibam o desmatamento em seus próprios países.
- 2) Os governos do Sul:
  - Identifiquem e tomem medidas para abordar e resolver as causas diretas e subjacentes do desmatamento
  - Garantam o reconhecimento legal dos direitos dos povos dependentes das florestas a usar terras florestais, incluído seu direito a continuar desenvolvendo seus próprios

sistemas tradicionais de manejo (p.ex. o uso rotatório de suas florestas para obter fornecimento a suas necessidades).

- Promovam sistemas de manejo comunitário de florestas que contem com o apoio dos povos dependentes das florestas.

Ao mesmo tempo, os governos do Norte devem reconhecer seu papel passado e presente quanto à mudança climática e ao desmatamento e comprometer-se a apoiar os países do Sul na conservação das florestas. Ao contrário do que apresenta o atual enfoque REDD, o apoio financeiro deveria ser providenciado só a países que adotem e instrumentem políticas que garantam a conservação das florestas e os direitos dos povos que nelas habitam o delas dependem. Adicionalmente, deverão ser estabelecidos mecanismos para garantir que o dinheiro seja dividido entre as agências governamentais correspondentes e as comunidades que desenvolvem a conservação. As empresas envolvidas na destruição de florestas não devem ser “compensadas”.

Obviamente, o desmatamento não pode ser detido da noite para o dia, mas o que pode ser feito de forma imediata é passar rapidamente de um mecanismo de mercado para a “redução” de emissões do desmatamento a políticas bem mais realistas que detenham emissões adicionais dessa fonte. Daí a necessidade do DEDD: Deter Emissões do Desmatamento e Degradação em todos os países.